

A intemperança dos contínuos relâmpagos a causar a doença da icterícia na capitania de São Paulo: análise do discurso oficial administrativo setecentista

(The unrestraint of the continuous jaundice disease-causing lightning bolts in the captaincy of São Paulo: an analysis of the official administration's discourse in the 18th century)

Renata Ferreira Munhoz¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

renatamunhoz2000@yahoo.com.br, renatamunhoz@usp.br

Abstract: This paper deals with the analysis of an official letter sent by the governor and captain-general of the captaincy of São Paulo, the Morgado of Mateus to the Secretary of the Portuguese kingdom, the Count of Oeiras. In that letter he presents his personal hypotheses for the occurrence of the jaundice disease in his governance area. This study is based on the Philology, since it works with a semi-diplomatic transcription of the two pages of an unpublished handwritten testimony of the eighteenth century. The discourse analysis of the corpus applies the Appraisal Theory by Martin and White (2005), in order to recognize the textual evaluative elements that exists in the official documentation despite the crystalized discursive formulas. Therefore, the main aim of this paper is to improve the understanding of the ideology that established our social foundations.

Keywords: Philology; Appraisal System Theory; the Morgado of Mateus.

Resumo: Este artigo trata da análise de um ofício enviado pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, ao secretário do reino, o Conde de Oeiras, apresentando suas hipóteses pessoais para a ocorrência da doença da icterícia em área de governança. Baseia-se na Filologia, ao se trabalhar com a transcrição semidiplomática das duas páginas desse testemunho manuscrito catalogado pelo Projeto Resgate e ainda não publicado. A análise do discurso veiculado no corpus será embasada na Teoria da Avaliatividade, desenvolvida por Martin e White (2005), a fim de se reconhecerem elementos textuais de cunho avaliativo, que extrapolam a esfera das fórmulas discursivas empregadas nessa espécie de documentação oficial. Desse modo, visa-se à melhor compreensão da ideologia que nos fundamentou socialmente.

Palavras-chave: Filologia; Teoria da Avaliatividade; Morgado de Mateus.

Introdução

Este artigo apresenta o estudo de um ofício manuscrito enviado pelo quarto Morgado de Mateus (Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão) em seu período de governo, de 1765 a 1775, como governador e capitão-general de São Paulo, sobre a doença da icterícia, que atingia a capitania. A exemplo da maior parte das correspondências enviadas ao reino pelo governador, esse ofício foi levado de São Paulo a Portugal, para o Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo (posteriormente, o Marquês de Pombal), por duas vias, das quais uma foi arquivada no Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal, elencada e disponibilizada em versão digital pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco, o que permite sua consulta no Brasil.

Empregou-se a metodologia de estabelecer-se primeiramente a edição textual fidedigna proposta pela Filologia, por meio da transcrição semidiplomática do original manuscrito em sua versão fac-similar. Nessa etapa, empregaram-se as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos”, propostas durante o 2º. Seminário “Para a História do Português do Brasil”, realizado em Campos do Jordão-SP, em maio de 1998, disponíveis em Cambraia *et al.* (2001, p. 13). A imagem fac-similar de cada uma das duas páginas (recto e verso de um fôlio) em análise encontra-se no anexo deste artigo, seguida da respectiva transcrição semidiplomática, que mantém a forma genuína do texto, desenvolvendo as abreviaturas.

Apesar de ser notório o emprego de fórmulas nesse tipo de documentação de cunho administrativo oficial, pretende-se demonstrar a existência de “texto livre”, formulado pelo próprio autor intelectual, e marcado por sua subjetividade. Sendo assim, no discurso acerca da doença que matava pessoas em sua área de governança, é possível depreender traços da ideologia vigente por meio dos termos avaliativos. Desse modo, a proposta central deste estudo é a observância de elementos dos discursos veiculados nos ofícios, a fim de que se possa ampliar o conhecimento da realidade e do imaginário coevos. Assim, serão empregados os pressupostos teóricos de Martin e White (2005), considerando também o contexto, a construção de identidades e as relações de poder.

O ofício setecentista

O ofício manuscrito selecionado como o *corpus* deste artigo é um testemunho original idiógrafo, em que se observa a assinatura de próprio punho do autor intelectual, diferindo da caligrafia do restante do texto. De acordo com a crítica textual, os testemunhos autógrafos (redigidos pelo punho do autor intelectual), bem como os idiógrafos, são considerados originais e têm mais autoridade do que qualquer outro testemunho posterior: “A autenticidade liga-se ao fato de que o documento é justamente o que ele pretende ser, portanto, ele carrega no decorrer do tempo suas características e sua confiabilidade primitivas” (BELLOTTO, 2014, p. 427).

Trata-se de uma versão redigida por um dos escrivães a serviço do governo de São Paulo, possivelmente Manoel Gonçalves da Silva, e controlada pela vontade do autor, o Morgado de Mateus. A partir de outros documentos pertencentes ao mesmo conjunto documental, é possível inferir que tenha sido produzido por meio do ditado da voz do próprio governador em 10 de maio de 1768 e lido por ele antes do envio.

O ofício em questão faz parte da correspondência ativa do Morgado de Mateus, produzida e enviada de forma ascendente (a seus superiores no reino), como pergunta ou resposta às mesmas autoridades a que se subordinava esse governador e capitão-general da capitania de São Paulo. Enquanto figura central da Coroa portuguesa, era Conde de Oeiras, posteriormente ascensionado a Marquês de Pombal, o destinatário de grande parte das tratativas. Conforme mencionado na introdução, a versão original desse documento encontra-se atualmente arquivada na caixa 25, sob o número 2406, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) em Lisboa, onde se realizou a análise codicológica apresentada a seguir. As imagens fac-similares apresentadas em anexo são, entretanto, produtos do trabalho de digitalização do Projeto Resgate Barão de Rio Branco¹ e foram catalogados por

¹ Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php>. Acesso em: 10 ago. 2015.

José Jobson Arruda em dois volumes de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo (ARRUDA, 2000, 2002). Segundo o Arquivista do AHU, o Dr. José Sintra Martinheira, um dos responsáveis pelo Projeto Resgate, os dois catálogos publicados por Arruda (2000 e 2002) são complementares, apesar de a numeração não ser sequencial e as datas ficarem divididas. O que ocorreu foi o fato de nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia ter havido uma catalogação prévia de parte dos documentos, de que se serviu o Projeto Resgate. Para a capitania de São Paulo, quem produziu o catálogo antecedente ao Projeto Resgate foi o Mendes Gouveia, daí o catálogo 2 (ARRUDA, 2002) contar com o seu nome no título.

O ofício encontra-se nesse catálogo 2, com a mesma numeração, 2406, como parte da coleção de *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo – Mendes Gouveia*. Seu verbete descritivo conta com as seguintes informações: é datado de 10 de maio de 1768 e tem São Paulo como a data tópica. Sua espécie documental é OFÍCIO, de número 19 do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, no qual informa ter diminuído o número de leprosos em virtude das providências que mandou tomar. Afirma, em contrapartida, ter grassado uma epidemia de icterícia, que já matou muitas pessoas, entre elas o mestre-de-campo Diogo Pinto do Rego.

Apresenta-se, a seguir, a descrição codicológica desse documento, em forma de quadro, de acordo com as especificações de Cambraia (2005, p. 28):

Documento 2406

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 25, D. 2406.

2. Datação: 10-mai-1768.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 240 mm x 180 mm; f. 1v – 60 mm X 175 mm.

Número de linhas: f. 1r – 25 linhas; f. 1v – 6 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais na altura do caderno. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [15 de Maio de 1768].

Enquanto documentação avulsa, permanece guardada em uma caixa de lata com abertura lateral, onde se encontra separada dos demais documentos envolta em folha de papel almaço com a escrita do respectivo verbete descritivo. Na folha de almaço que o envolve, há a observação de ser um original cartáceo, com medidas de 355 X 221 mm em bom estado de conservação.

Normalmente se faziam três vias de cada documento e, por motivo de segurança, enviavam-se duas, uma via em cada navio. A terceira, guardada pela secretaria que a produzira, era descartada quando se tinha notícia do recebimento de uma das duas vias.

Entendendo-se a espécie documental “ofício” como o formato adequado à troca de informações oficiais de cunho administrativo, pressupõe-se o emprego da linguagem padrão e da tentativa de objetividade, bem como da predominância da linguagem formulaica proposta por manuais de escrita do período, dos quais se emprega Freire (1746).

Selecionou-se a espécie documental *ofício* por ser o mais livre dos documentos administrativos, como portarias, ordens do dia, bandos, em que a linguagem é mais presa a fórmulas. É considerado uma espécie documental não diplomática por não criar fé pública e por não ter estrutura de redação obrigatória. Apesar disso, podem-se depreender as partes diplomáticas, como a saudação, além de sua gênese (ou nascimento do documento) contar com “a união entre a *actio* (a ação) e a *conscriptio* (passagem para o documento escrito)” (BELLOTTO, 2014, p. 431). Assim, por ser o ofício um documento não diplomático, em que não há rigidez de forma, pretende-se vislumbrar em que medida a esperada objetividade aparece permeada por elementos avaliativos que denotam a subjetividade.

Ferramenta de análise

Considera-se que “uma teoria deve ser geral, no sentido em que ela deve pôr à nossa disposição um instrumental que nos permita reconhecer não apenas um dado objeto ou objetos já submetidos a nossa experiência, como também todos os objetos possíveis da mesma natureza suposta” (HJELMSLEV, 2003, p. 19). Diante disso, selecionou-se a Teoria da Avaliatividade como a que melhor possibilita a análise do *corpus* com vistas à observação dos elementos subjetivos (como gostos, emoções e avaliações normativas). Definida “como um sistema interpessoal ao nível da semântica do discurso” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 33), a Teoria da Avaliatividade deriva da Linguística Sistemico Funcional (LSF), a partir da metafunção interpessoal proposta pela gramática funcional de Halliday e Mattiessen (2004), desconsiderando os demais sistemas: “negociação, periodicidade, identificação, ideação e conjunção” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 162). Optou-se por essa teoria por destinar-se a analisar o emprego das avaliações presentes nos sistemas linguísticos usados nos discursos.

Brevemente apresentada, cabe ressaltar que essa teoria define que a valoração pela linguagem cumpre três funções principais: *atitude*, *engajamento* e *gradação*. A *atitude* engloba o posicionamento atitudinal do autor, por meio do elogio e da censura, apresentando os seus sentimentos e julgamentos sobre o que o cerca. Essa função é subdividida em afeto (que expressa estados emocionais), em julgamento (referente a normas e valores) e em apreciação (recurso de expressar gostos). A função definida como *gradação* é responsável por intensificar ou mitigar os significados dos dois subsistemas anteriores.

Divide-se em força, que gradua as avaliações, para intensificar ou mitigar os significados; e foco, que gradua contextos não possíveis de gradação. Para uma análise mais aprofundada nas duas primeiras funções, decidiu-se omitir a análise baseada no *engajamento*, que trata da adesão ou não do autor em relação aos posicionamentos de outrem e contém a monoglosia, em que não há referência a outros pontos de vista, e a heteroglosia, em que se apresentam outros pontos de vista.

A partir das três funções elencadas, a teoria da avaliatividade preocupa-se em: “a) como os autores constroem sua identidade para si mesmos; b) como os autores posicionam-se diante dos potenciais destinatários; c) como os autores constroem a audiência ideal para seus textos” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 40). Considera-se, diante das três tratativas centrais do sistema, a importância do posicionamento pessoal, pois em toda formulação discursiva haveria um ponto de vista codificado, explícito ou implícito. Dessa maneira, diante do detalhamento do sistema, a Teoria da Avaliatividade é considerada uma ferramenta de grande valia à análise do discurso contido nos dois manuscritos aqui estudados.

Análise do ofício

Para a análise do documento apresentado, com base na teoria descrita de forma sucinta, a abordagem proposta parte da definição de cultura de um dos axiomas gerais do funcionalismo: “cultura é um conjunto uno em que os vários elementos são interdependentes” (MALINOWSKI, 2009, p. 161). Entende-se, com isso, que o contexto dos ofícios não se limita aos fatores externos aos textos por eles veiculados, mas como sendo “ao mesmo tempo pessoais e sociais” (DIJK, 2012, p. 36). Nesse sentido, os contextos representariam construtos subjetivos dos autores, tornando-se experiências únicas por partirem de modelos mentais que representam situações comunicativas com base nas situações de suas vidas diárias.

Observa-se que o contexto externo a que remete o Morgado de Mateus, enquanto autor do ofício, é o do universo das doenças. O assunto introdutório é o do mal de São Lázaro, seguido da abordagem da enfermidade com que o governante mais se preocupava naquele momento, a da icterícia. A doença apelidada como o “mal de São Lázaro” destacou-se historicamente devido à gravidade dos sintomas e de sua proliferação epidêmica. Conhecida como “hanseníase” a partir de 1940, quando o médico Gerhard Henrik Armauer Hansen identificou como causa o bacilo de Hansen, a “lepra” tornou-se curável. Os sintomas de anestesia e de lesões cutâneas graves “puderam ser precisados e diferenciados de outros a partir da identificação no organismo humano do agente microscópico descrito por Hansen” (ANDRADE, 2005, p. 17). Desvinculou-se nesse momento a alusão geral do vocábulo latino *leprae*, empregado até então para designar também os sintomas da elefantíase.

No Brasil colonial, diante da grande quantidade de leprosos e da chegada de africanos com escorbuto ao Brasil, desde 1755 o Concelho Municipal do Rio de Janeiro pedia a criação do tributo “Real de São Lázaro”, que financiaria um hospital. Apenas em novembro de 1761, D. José I autorizou a criação do tributo, estabelecendo que o pagamento se diferenciaria entre os habitantes, “cabendo ao terceiro estado o pagamento de um vintém anual, aos nobres, dois vinténs, e aos foreiros, quatro vinténs anuais” (ANDRADE,

2005, p. 68). O primeiro lazareto foi, no entanto, construído no Rio de Janeiro somente em 1766.

A desinformação científica acerca das doenças fez com o período colonial fosse marcado por formulações baseadas em princípios mormente religiosos. Por exemplo, em 1682, a Câmara de Lisboa nomeou a hanseníase como “mal pegadiço”, o “símbolo do pecado” (NÓVOA, 2010, p. 13). Nessa concepção, os leprosos (lázaros) eram aqueles que atrapalhavam a ordem e se distinguiam do grupo dos sãos, sendo excluídos do convívio e marginalizados à mendicância nos espaços urbanos. Mesmo considerados merecedores da caridade da Igreja, os “pobres de Cristo”, os lázaros eram “entendidos como indivíduos perigosos não só porque padeciam de uma doença tida como contagiosa, mas também porque contrariavam o funcionamento ótimo que a sociedade desenhara para si própria” (TOUATI, 2000, p. 201). No século XVIII personificavam os conceitos de pobreza, de enfermidade, e de exclusão social. Exemplifica-se a tratativa dos doentes por um registro no Arquivo Nacional da Torre do Tombo² de que em 1454, D. Afonso V substituíra o seu escrivão por ser doente da dor de gafem e, portanto, “não podia viver entre os homens” (NÓDOA, 2010, p. 56). Assim, a abordagem das doenças excedia o universo da medicina no período setecentista.

Após a menção ao assunto abordado no ofício, apresentam-se, a seguir, fragmentos textuais que auxiliam a melhor compreensão da análise. Esses trechos serão citados entre aspas simples (‘ ’) e sublinhados, mantendo a grafia original do manuscrito. Neles, a divisão de linhas original do manuscrito será representada pela barra vertical (|) por economia de espaço.

Observa-se a existência da intesubjetividade desde a titulação no protocolo inicial até as saudações no protocolo final do documento. Afinal, apesar de formulaicas e cristalizadas como necessárias às tratativas oficiais, as formas de tratamento honorífico ‘Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor’, ‘Vossa Excelência’ em relação ao interlocutor assinalam não apenas o distanciamento pela deferência, mas a tentativa constante de aproximação do *ethos* autoral à posição de ligação e manutenção das relações com o destinatário pelas vias do respeito. A formulação ‘Deos guarde a Vossa Excelência’, antecedendo as datas tópica e cronológica, demonstra mais uma vez a esfera do laudatório em relação ao Conde de Oeiras, a quem se destina o ofício. Além disso, a submissão à Igreja católica subjaz e fica ainda mais explícita pelo verbo ‘rogar ao Reverendo Vigário Capitular que Ordenasse preces publicas’ e pelo tratamento respeitável ‘Reverendo’ atribuído ao vigário, positivamente avaliado pela atitude, com o julgamento de sanção social, pois ‘prontamente executou’ o que lhe rogara o governador. A asserção de terem sido feitas ‘que Ordenasse preces publicas | em todas as Freguesias da Capitania’ reitera o comprometimento religioso do governo por meio da gradação de força.

De modo igualmente intersubjetivo, o temor às doenças representa a tônica do ofício. Inicia-se com a função da atitude para mencionar a doença conhecida como ‘mal de Saõ Lazaro’, classificando-a pelo afeto negativo, com o atributo ‘terrivel’. A seguir, cita-se que a doença ‘que com grandes forças Se prin- | Cipiava a declarar nesta Capitania’ manifestava-se a exemplo de outras capitánias, pois, segundo Andrade (2005, p. 72), havia quase quatro mil leprosos na Bahia em 1763.

² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 24, fl. 76 vº. Site consultado: <<http://antt.dglab.gov.pt>>.

Considerando-se o fato de a medicina social ter sido efetivamente instaurada no Brasil somente no século XIX, após a chegada da família Real, “com características muito próximas às do modelo francês, empreendendo a medicalização do espaço urbano e de instituições como hospitais, cemitérios, escolas, quartéis e fábricas” (ANDRADE, 2005, p. 92), o ofício introduz a ideia de que o mal de São Lázaro ‘vay deminuindo ao prezente’. Essa afirmação ressalta as atitudes do autor em sua governança, uma vez que tal redução ocorreu ‘depois que lhe dei as providencias de fazer Separar os doentes em todas As | Villas’. A proposta de segregação dos doentes, anteriormente mencionada, era pretendida pelo Morgado de Mateus: ‘Tambem eutenho determinado fazer hum Lazareto na | Pernaiba, e instruir pedidores em todas as Paroquias para recolhe- | rem as Esmolas’. A construção de um lazareto, “leprosaria” ou “gafaria”, o lugar para segregar os acometidos pelo mal de São Lázaro, costumava ser a medida principal na tentativa de redução do problema. Remonta-se à Idade Média a preocupação com o sustento do leprosário, que poderia “ser incumbência dos conselhos municipais, do rei ou dos próprios leprosos, que se associavam para construir hospedarias” (ANDRADE, 2005, p. 36). Pode-se retomar que já em março de 1179 “o terceiro Concilio geral de Latrão ocupou-se da Ordenação dos Lazaretos concedendo-lhes egrejas particulares, padres e cemiterios” (BELLINO, 1900, p. 142).

Tida como uma “doença bíblica, com identidade própria entre outras enfermidades” (ANDRADE, 2005, p. 23), explica-se a prevalência dos ritos religiosos como as orações mencionadas. Com isso, a redução dos casos dessa enfermidade foi atribuída ao fato de ‘queSefizeraõ preces em todas as Freguezias’. A atitude de julgamento de sanção social positiva expressa pelo processo ‘Sefizeraõ preces’, demonstra a ideologia religiosa católica vigente, associada à atitude de valorização do autor, o Morgado de Mateus, que atua como “iniciador” da ação. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 256), o “iniciador” seria um participante indiretamente envolvido na ação, mas com o poder de impulsioná-la. O aspecto religioso sobrepõe-se ao sanitário, uma vez que a preocupação volta-se à importância do sacramento católico, uma vez que recorreu ao vigário para que se fizessem as preces. Pela organização católica do pensamento e diante da ineficácia das tentativas médicas de cura, somente Deus que criara a doença do mal de São Lázaro e permitia que ela existisse, teria o poder de abrandá-la. Suas medidas contra essa doença eram paliativas, tais como a criação de um lazareto. Entretanto, a não execução dessas medidas é justificada: ‘oque não continuey por nãoSer já taõ necessário, | porSe ter aplacado mais este assoute por estas partes’.

A doença da icterícia, de caráter epidêmico ‘Seguiu-se huma geral Epidemia de Itiricias, deque não fi- | Cou pessoa izenta’, causa sintomas de amarelamento na pele e foi uma das tantas doenças de pele o período colonial. O destaque dado pela intensa gradação, parece indicar o exagero de a doença ter dizimado a população da capitania. Segue, no entanto, a gradação de força a abrandar a afirmação anterior, de que na verdade não houve pessoa ‘que ou mais, ou menos a não Sintisse’. Outras doenças, como a varíola, a varicela e a rubéola eram todas tidas como “bexiga” e essa foi a epidemia que “matou mais gente no Brasil, nos séculos passados, do que todas as demais doenças reunidas” (Santos Filho, 1977, p. 156), além das epidemias de febre amarela, malária, sífilis e escorbuto.

Afirma-se que, como consequência da icterícia, ‘fallesceraõ | desta doença muitas pessoas, e algumas com tanta pressa, que não davaõ Lugar | aSacramentaremSe’, em que os elementos de gradação de força ‘muitas’ e ‘tanta’ reforçam a brutalidade da doença.

Nessa asserção, retoma-se a religiosidade ao se demonstrar mais preocupação com os sacramentos religiosos do que com outras esferas, como a sanitária por exemplo, sequer mencionadas.

Apesar de aparentemente o assunto central do ofício ser o da doença da icterícia, nota-se que ultrapassa esse plano superficial, apontando as atitudes suscitadas diante da existência das enfermidades, sobretudo as expectativas de se evitar o contato com os indivíduos enfermos, pois “a defesa da população sã contra o contágio da lepra era constante” (CORREIRA, 1999, p. 16). Em última instância, o ofício trata de uma questão política. Subjacente à tônica central das doenças, encontra-se o motivo principal do ofício: a morte do ‘Mestre de Campo Diogo Pinto do Rego, pelo qual vagou a | propriedade do Officio de Escrivão da Ouvidoria desta Comarca’. O posto de destaque ‘por Ser hum dos melhores Officios da Capitania’ é o assunto primeiro da correspondência, uma vez que os ‘Seus | herdeiros o rematarão na Junta do Rio de Janeiro; com tenção dere-|[[dere]]quererem a Sua Magestade; que Deos guarde: a continuação da mesma mercê’. A intenção de adiantar aos superiores no reino a informação sobre a tentativa interesseira dos herdeiros parece diluída no todo do ofício, principalmente porque apenas a conclusão refere-se a isso. Vale-se do conteúdo central para a introdução do caso: ‘Entre os mortos de mayor nome, que perecerão com as doenças...’

Séculos antes já se buscavam explicações científicas às doenças. Exemplo disso é o do médico e astrônomo veronês, Girolamo Fracastoro (1478-1553), que afirmara ser a lepra (*elephantiasis*) uma doença distinta da sífilis, transmitida pelo contato com os enfermos ou pela ingestão regular de carne de porco. Segundo ele, a progressão dos sintomas principiava por indolores nas narinas e por violenta excitação sexual. Desse modo, “Fracastoro buscou explicar o fenômeno sem condicioná-lo às verdades absolutas da religião” (ANDRADE, 2005, p. 80). No mesmo viés, na tentativa de explicar cientificamente a ocorrência da doença, o autor do ofício postula em primeira pessoa: ‘Eu atribuo esta intemperança aos Continuos | relampagos, que continuamente Seviraõ Sentillar’, em que o termo ‘intemperança’ é empregado como sinônimo da icterícia. Reforça-se a hipótese com a verificação de terem durado ‘estes metheóros té chegarem | aformar sobre o Emisferio desta Cidade huma terrível trevoada’. Para comprovar sua tese, o autor emprega ainda o argumento verificável de que durante a trovoada ‘cahiraõ tantos rayos | que nestes aredores se apontaõ catorze partes em que Signalaraõ as reci- | nas’, ou cascas de árvores como os pinheiros. Os conhecimentos relativos a ciências como a Astronomia não estavam estabelecidos, tampouco difundidos no período. Prova disso é que, embora o Morgado de Mateus tenha sido um homem bastante ilustrado de seu tempo, suas asserções indicam o padrão vigente de apropriação de conhecimentos científicos. Ao afirmar, por exemplo, que a causa da icterícia seriam os relâmpagos que ocorrem ‘por todos os meses, em que | por Cá costuma Ser o inverno’, o autor refere-se ao verão brasileiro, em oposição à estação em vigor na Europa no mesmo mês. Tendo a trovoada ocorrido ‘no | dia 29 de Janeiro deste prezente anno’, verifica-se a inadequação, uma vez que se tratar do verão no Brasil ou que se referisse à temporada de chuvas, popularmente chamada de “inverno” no período colonial. Dessa maneira, tais asserções remetem as causas das doenças ao universo científico, tão incompreendido e superior aos seres humanos quanto os dogmas religiosos.

Considerações finais

A partir das observações desenvolvidas na análise, verifica-se o modo como eram abordadas as doenças na capitania de São Paulo setecentista. Diante da precariedade de recursos médicos e científicos, parte-se para tratativas ligadas ao universo do religioso e até mesmo do científico por meio de deduções pessoais. Os ofícios reiteram a postura de segregação dos doentes e de atribuição desse mal a aspectos superiores ao caráter humano do governo da capitania de São Paulo. Ao se atribuir a responsabilidade das epidemias do mal de São Lázaro e da icterícia a fenômenos naturais e de cunho divino, torna-se possível focar a governança a questões políticas mais pontuais, como o preenchimento da vaga de escrivão. A presença marcante do viés religioso legitima o posicionamento pessoal do governador da capitania de São Paulo, autorizando ao *ethos* a formulação de uma justificativa “científica” para a ocorrência das doenças.

Intencionou-se, portanto, por meio da análise aqui apresentada no ofício enquanto um recorte da vasta documentação manuscrita setecentista produzida por governantes portugueses na colônia do Brasil, retratar o uso da linguagem na instância do discurso dessa documentação administrativa oficial, com o tangenciamento do viés intersubjetivo. Os indícios avaliativos presentes no texto evidenciam a tentativa do autor em mostrar o seu comprometimento de tomar atitudes, sempre se colocando abaixo do poder de Deus, pela religiosidade católica e do rei, demonstrando sempre a sua preocupação com a governabilidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. de. *O princípio do mal: a ameaça leprosa no Rio de Janeiro colonial*. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz em História da Ciência, Rio de Janeiro.
- ARRUDA, J. J. de A. (Coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo – Catálogo 1 (1644-1830)*. São Paulo: Edusc, 2000. 316 p.
- _____. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo: Catálogo 2 (1618-1823)* – Mendes Gouveia. São Paulo: Edusc, 2002. 804 p.
- CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, A. G. da; MEGALE, H. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas, 2001. 89 p. (Série Diachronica 1)
- CORREIA, F. da S. *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 624 p.
- DIJK, T. A. van. *Discurso e Poder*. Judith Hoffnagel e Karina Falcone (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 281 p.
- FREIRE, F. J. *O secretario portuguez – compendiosamente instruído no modo de escrever cartas*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1746. 423 p.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004. 786 p.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2003. 147 p.
- MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica de cultura*. Lisboa: Edições 70, 2009. 240 p.

MARTIN, J.; WHITE, P. *The language of evaluation: Appraisal in English*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005. 256 p.

NÓVOA, R. L. S. da. *A Casa de S. Lázaro de Lisboa: Contributos para uma História das Atitudes face à Doença (Sécs. XIV-XV)*. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

TOUATI, F. O. Contagion and leprosy: myth, ideas and evolution in medieval minds and societies. In: _____. *Contagion: perspectives from Pre-modern society*. London: Ashgate, 2000. Cap. 1. 201 p.

Senhor

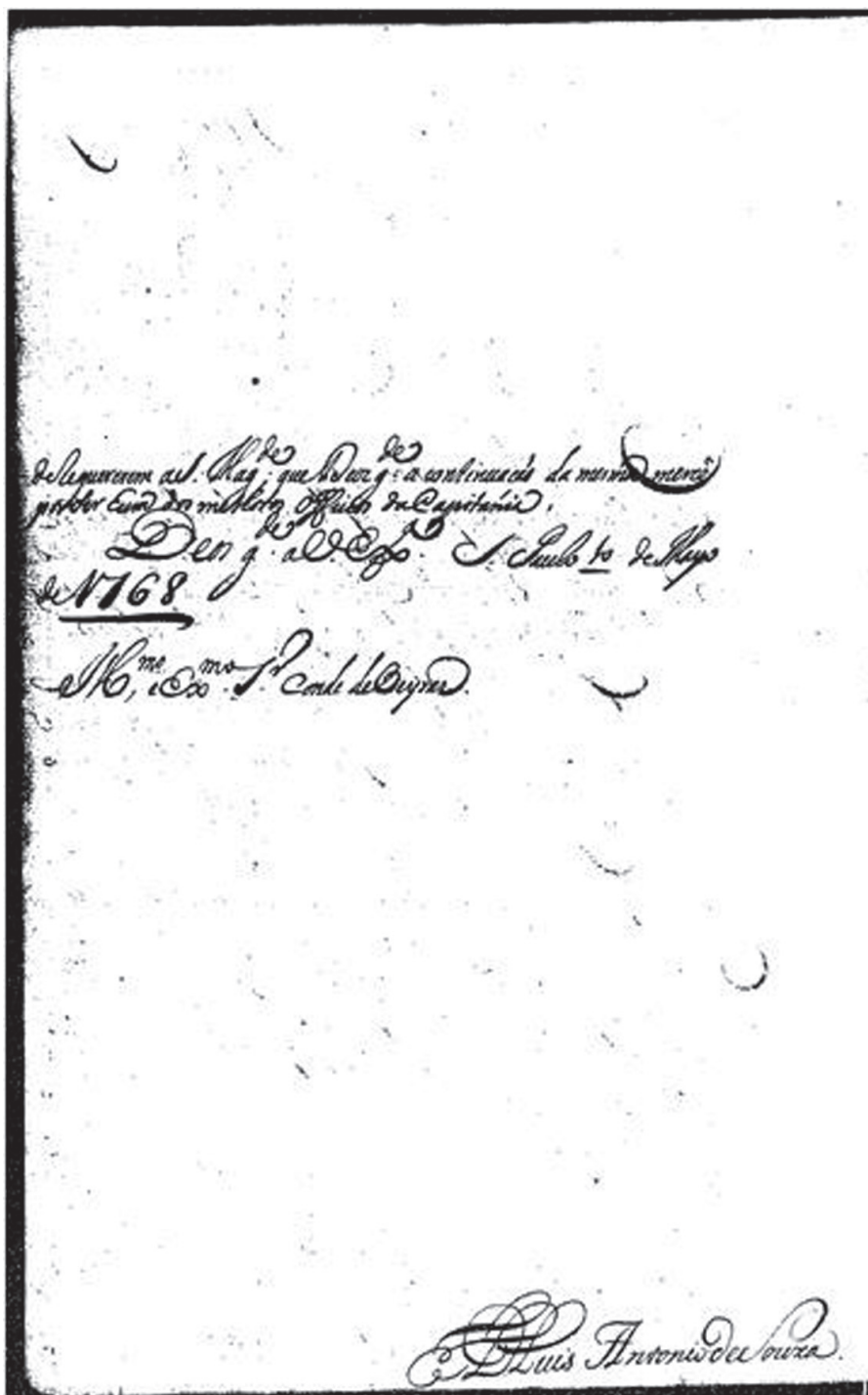
Número dezenove

O terrível mal de Saõ Lazaro, que com grandes forças Se principiava a declarar nesta Capitania, vay diminuindo aoprezente, de pois quelhe dei as providencias de fazer Separar os doentes em todas As Villas, erogar ao Reverendo Vigario Capitular que Ordenasse preces publicas em todas as Freguesias da Capitania, o que prontamente executou.

Tambem eutenho determinado fazer hum Lazareto na Pernahiba, einstruir pedidores em todas as Paroquias para recolherem as Esmolas, o que naõ continuey por naõ Ser já taõ necessário, por Se ter aplacado mais este assoute por estas partes.

Seguiu-se huma geral Epidemia de Itiricias, de que naõ ficou pessoa izenta, que ou mais, ou menos a naõ Sintisse, falleceraõ desta doença muitas pessoas, e algumas com tanta pressa, que naõ davaõ Lugar a Sacramentarem Se: Eu atribuo esta intemperança aos Continuos relampagos, que continuamente Seviraõ Sentillar por todos os meses, em que por Cá custuma Ser o inverno, durando estes metheóros té chegarem a formar sobre o Emisferio desta Cidade huma terrível trevoada no dia 29 de Janeiro deste prezente anno, durante a qual cahiraõ tantos rayos que nestes aredores se apontaõ catorze partes em que Signalaraõ as recinas.

Entre os mortos de mayor nome, que pereceraõ com as doenças foi o Mestre de Campo Diogo Pinto do Rego, pelo qual vagou a propriedade do Officio de Escrivaõ da Ouvidoria desta Comarca, Seus herdeiros o rematarã na Junta do Rio de Janeiro; com tençaõ dere-



[[dere]]querem a Sua Magestade; que Deos guarde: a continuacão da mesma mercê
Por Ser hum dos melhores Officios da Capitania.

Deos guarde aVossa Excelência Saõ Paulo a10 de Mayo
de1768

Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Conde de Oeyras.

Dom Luis AntoniodeSouza.